

## **A CIDADE MARAVILHOSA DOS CARTÕES POSTAIS: TRANSFORMAÇÕES URBANAS DO RIO DE JANEIRO E SUAS REPRESENTAÇÕES**

Nathan da Silva Nunes  
Doutorando em Geografia pelo PPGeo-UERJ  
E-mail: nunesuerj@gmail.com

**RESUMO:** A cidade do Rio de Janeiro é reconhecida internacionalmente como importante destino turístico, destacando-se em função de elementos naturais componentes da paisagem, mas também devido às intervenções realizadas pelo homem. Procuramos apresentar uma discussão a respeito da produção do espaço urbano vivenciada pela capital fluminense, visando atender ao objetivo estabelecido, que trata de analisar representações da cidade do Rio de Janeiro encontradas em cartões postais, mais notadamente aquelas resultantes de grandes intervenções urbanas, desde os planos de melhoramento e embelezamento aos megaeventos esportivos sediados nas últimas duas décadas, procurando identificar as concepções vigentes em cada período e sua relação com os elementos de maior destaque. Para tanto, utilizaremos referencial que trate do urbano, das concepções aplicadas ao Rio de Janeiro e suas representações.

**Palavras-chave:** Rio de Janeiro; Transformações urbanas; Megaeventos; Turismo; Cartões postais.

GT – 11: Os lazeres na (re)produção do urbano

## Introdução

A cidade do Rio de Janeiro exerceu por quase dois séculos o papel de capital do Brasil, possuindo ao longo deste período importante centralidade no contexto nacional, o que possibilitou que a ela fossem destinados vultosos investimentos, influenciando diretamente na produção espacial. Mesmo após a perda da capitalidade para Brasília em 1960, a referida cidade manteve-se como recorte espacial de destaque, seja pela configuração enquanto Estado próprio entre 1960 e 1975 (Estado da Guanabara), pela consolidação enquanto destino turístico a partir do desenvolvimento de políticas públicas para o setor nos anos 60 ou pela realização de alguns dos principais megaeventos esportivos a partir do ano de 2007.

A partir de tais fatos, podemos afirmar que a atual capital fluminense apresenta-se como palco de importantes acontecimentos políticos, econômicos e culturais no decorrer de sua história, o que acaba por intervir diretamente na configuração de seu espaço urbano. As transformações pensadas e aplicadas para este recorte espacial propiciam o surgimento de equipamentos diversos, alguns deles posteriormente escolhidos como aqueles que simbolizarão as ideias a respeito da cidade vigentes em cada período, a fim de promover uma imagem positiva da mesma. Posto isto, estabelecemos como objetivo para este artigo analisar representações da cidade do Rio de Janeiro encontradas em cartões postais, mais notadamente aquelas resultantes de grandes intervenções urbanas, desde os planos de melhoramento e embelezamento aos megaeventos esportivos sediados nas últimas duas décadas, procurando identificar as concepções vigentes em cada período e sua relação com os elementos de maior destaque.

Para tanto, o artigo está dividido em três partes: na primeira será feita uma abordagem histórica a respeito de grandes intervenções no espaço urbano carioca ao longo do século XX, buscando diferenciar concepções predominantes ao longo desse período; as novas concepções a respeito da cidade na passagem do século XX para o XXI serão abordadas no segundo segmento do artigo, discutindo a influência das candidaturas vitoriosas do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016; por fim, discutiremos como e com quais objetivos ocorreu a inserção de ícones arquitetônicos na urbe carioca ao longo das duas últimas décadas, ilustrando o debate a partir das representações paisagísticas difundidas através de cartões postais.

A metodologia proposta consiste no levantamento bibliográfico que trate das variadas concepções urbanas ao longo do século XX e início do século XXI, além da maneira com estas foram aplicadas na cidade do Rio de Janeiro. Complementarmente, serão utilizados cartões postais referentes à cidade do Rio de Janeiro para ilustrar o artigo, tendo sido estes adquiridos através de publicações específicas, coleção própria e contato com colecionadores.

### **Do urbanismo ao planejamento urbano: intervenções no Rio de Janeiro durante o século XX**

Inicialmente, procuraremos apresentar transformações no espaço urbano carioca ao longo do século XX, a partir de concepções vigentes em cada período, valendo-nos das representações criadas e difundidas para ilustrá-las. Para tanto, é preciso evidenciar a participação do Estado como ator principal quando se trata das iniciativas voltadas às intervenções no espaço urbano brasileiro desde o período colonial (PIRES, 2010). Nesse sentido, torna-se importante apresentar a diferenciação proposta por Villaça (1999), que explica que a expressão Planejamento Urbano só passou a ser adotada no Brasil por volta da metade do século XX, sendo as intervenções anteriores classificadas como Urbanismo.

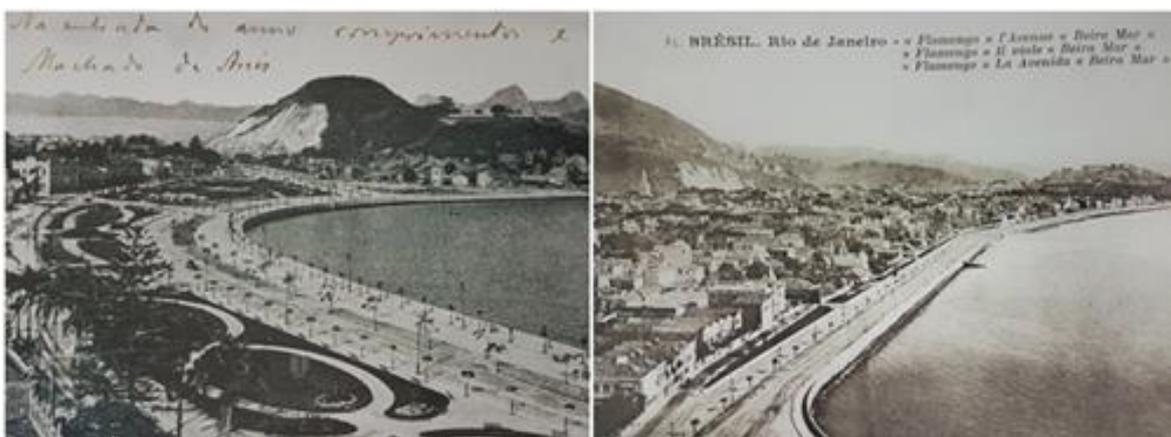
Costa (2014, p.134) chama a atenção para a recorrente busca do urbanismo aplicado no Brasil a ideias e planos concebidos em outros países ao tratar da passagem do século XIX para o século XX, período que marca o início do recorte temporal privilegiado neste segmento do artigo, ao afirmar que a chamada *Belle Époque* carioca “esteve marcada em parte, por uma artificialidade oriunda da incorporação dos modelos externos sem que estes fossem completamente traduzidos pela tradição”. Este período foi caracterizado pelos planos voltados ao melhoramento e embelezamento, além das intervenções voltadas ao urbanismo sanitário, como apontado por Pires (2010), o que pode ser verificado nas representações da cidade contidas em cartões postais, que retratam a abertura de vias, como a Avenida Central - atual Rio Branco – (figura 1) em 1904, cruzando o centro da cidade, sendo a principal marca da gestão Pereira Passos enquanto prefeito; Avenida Beira Mar (figura 2), que ligava o bairro de Botafogo ao centro, também na gestão Passos (1906); bem como a inserção de importantes construções arquitetônicas, exemplificadas pelo Theatro Municipal (figura 3), que foi inaugurado no ano de 1909, como elemento da reurbanização do Rio de Janeiro.

Figura 1 – Cartões postais da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, no início do século XX



Fonte: A. Ribeiro, 1906.

Figura 2 – Cartões postais da Avenida Beira Mar



Fonte: A. Ribeiro, 1911.

Figura 3 – Cartões postais do Theatro Municipal do Rio de Janeiro



Fonte: A. Ribeiro, 1909.

Entretanto, Pires (2010) ressalta que os planos de melhoramento e embelezamento sofreram declínio a partir de 1906, o que acarretou que na década de 1930 já fosse possível perceber o desenvolvimento do Planejamento Urbano, como é concebido atualmente.

O Plano Agache, elaborado em 1930, apresenta-se como representante deste período, marcando a transição dos antigos planos de embelezamento para os “superplanos” (VILLAÇA, 1999). Para Abreu (2013, p.86), tal plano “constitui o exemplo mais importante da tentativa das classes dominantes da República Velha de controlar o desenvolvimento da forma urbana carioca”, em uma clara tentativa de “transformar o Rio de Janeiro (ou pelo menos o centro e a zona sul) numa cidade monumental”. Entretanto, este autor verifica que o Plano Agache propriamente dito jamais foi implantado.

Desde o fim da década de 1920 a difusão de locais a partir dos cartões postais já encontra-se no período que Dalzoto (2006) denomina hibernação, o que explica a dificuldade de encontrar representações da cidade do Rio de Janeiro até o fim dos anos 50. Sendo assim, importantes transformações urbanas, como a construção do estádio Jornalista Mário Filho, mais conhecido pelo nome do bairro que o abriga, Maracanã, só viria a obter mais destaque nas representações da cidade em décadas posteriores.

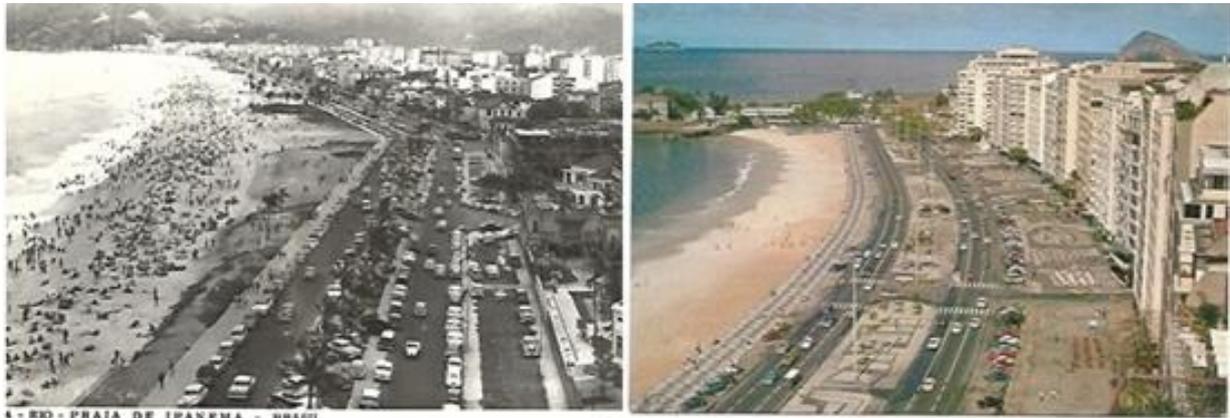
A década de 1960, por sua vez, também se apresenta como período de importantes modificações no ambiente construído. A cidade do Rio de Janeiro encontrava-se em um momento de perda da centralidade no contexto nacional, devido a transferência da capital federal

para Brasília (MARAFON et al., 2011), além da desmobilização da atividade industrial, superada pelo progresso de São Paulo (RODRIGUES; MELLO, 2015, p.40). Ainda no ano de 1960 é criado o estado da Guanabara, que confere à cidade do Rio de Janeiro a condição de estado próprio, e tem Carlos Lacerda como primeiro governador eleito. O Plano Doxiadis marca esta década no que tange às propostas de intervenção espacial. Abreu (2013) relata que o plano objetivava o remodelamento da cidade através de obras que teriam como principal alvo a população mais pobre, especialmente a parcela que residia nas favelas, as quais Lacerda considerava que tornavam a cidade mais feia. A partir de tal cenário, Pires (2010, p.7) define o referido plano como “fruto de uma mentalidade colonialista desvinculada da realidade carioca”, tendo encontrado forte resistência de órgãos vinculados ao planejamento.

Neste mesmo período, o país verificava o início de uma ditadura militar que perduraria por mais de duas décadas. Pires (2010) e Souza (2013) tem abordagem convergente ao tratar das intervenções urbanas realizadas ao longo do comando dos militares (1964-1985), pois atentam para a ausência de debates a respeito da reforma urbana, havendo a retomada da participação pública em tais questões ao fim do regime. No referido recorte temporal foram realizadas importantes obras de infraestrutura no Rio de Janeiro, podendo ser mencionados a construção da Ponte Rio-Niterói, do Metrô; do Edifício Avenida Central, além da execução do Plano Lúcio Costa para a Baixada de Jacarepaguá e Barra da Tijuca (PIRES, 2010).

No que diz respeito às representações da cidade nas décadas de 1960 e 1970, verificamos que passa a existir maior preocupação com a valorização de elementos paisagísticos que apresentem aspectos naturais valorizados enquanto locais de lazer, destacando-se as praias de Ipanema e Copacabana (figura 4). A primeira que passara a ser conhecida internacionalmente através da canção composta em 1962 por Tom Jobim e Vinícius de Moraes, enquanto a segunda havia passado, entre os anos de 1969 e 1971, por uma intervenção para a duplicação da Avenida Atlântica – por sugestão do arquiteto e urbanista Lúcio Costa ao prefeito Negrão de Lima -, o que gerou o deslocamento de sua faixa de areia. Isto ocorre no contexto de renascimento dos postais, quando estes voltam a ser valorizados pela sociedade, agora já incorporados pelos agentes vinculados à atividade turística.

Figura 4 – Cartões postais das praias de Ipanema e Copacabana



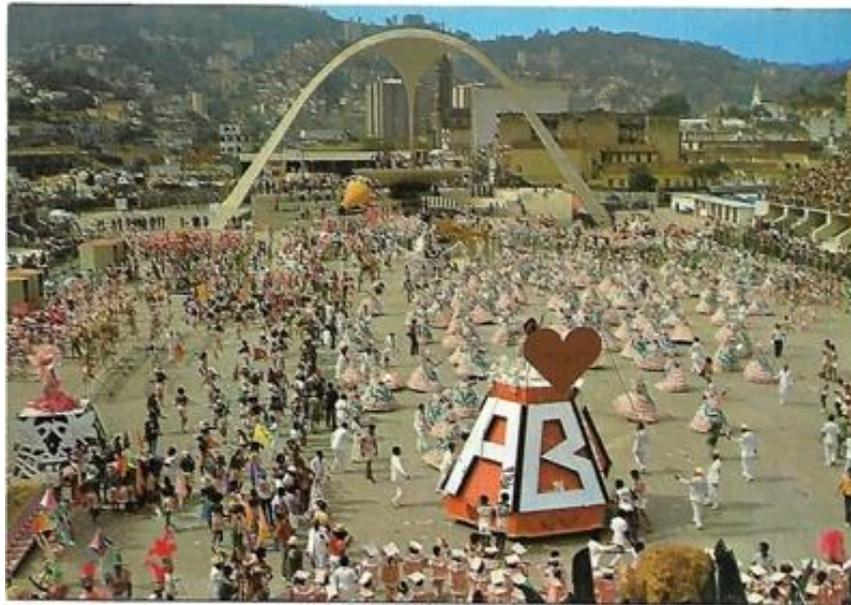
Fonte: Autor desconhecido, s/d.

Dentre as intervenções urbanas observadas na cidade do Rio de Janeiro na década de 1980, pode-se mencionar a construção do Sambódromo da Marquês de Sapucaí (figura 5), denominado de forma oficial de Passarela Professor Darcy Ribeiro, inaugurado no ano de 1984, tendo sido projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e executado durante o primeiro mandato de Leonel Brizola como governador do estado do Rio de Janeiro, difundido internacionalmente desde a época até os dias atuais através dos cartões postais, estabelecendo-se como importante fixo carioca para a divulgação da cidade enquanto destino turístico.

No princípio dos anos 1990 as iniciativas relacionadas ao planejamento urbano enfrentavam um contexto de desvalorização, o que não impediu que no ano de 1992 fosse instituído o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, “que estabelecia as normas e procedimentos para a realização da política urbana do município” (PIRES, 2010, p.7). Porém, Rezende (2011) revela que o mesmo foi abandonado, o que é explicado por Villaça (1999), ao afirmar que as diretrizes estabelecidas não eram capazes de assegurar qualquer tipo de comprometimento, tornando-se “aquele plano que define orientações sobre como deverá ser o plano quando ele vier a ser feito” (p.243-244).

Nesta década, os cartões postais seguiam privilegiando a propagação de paisagens voltadas ao turismo de sol e mar, tendo a praia de Copacabana como principal elemento neste contexto.

Figura 5- Cartão postal do desfile da Mangueira no Sambódromo



Fonte: Editora Litoarte, s/d.

Após a apresentação de momentos marcantes da cidade do Rio de Janeiro, no que diz respeito a importantes transformações urbanas propostas e realizadas ao longo do século XX, passaremos ao próximo segmento, que tratará da mudança de paradigma do planejamento urbano no início do século XXI.

### **Megaeventos esportivos e suas implicações ao espaço urbano carioca**

A partir do que foi exposto a respeito do urbanismo aplicado historicamente no Rio de Janeiro, discutiremos neste tópico a transformação do ideário urbanístico a partir do fim do século passado, relacionando-o de forma direta ao urbanismo decorrente das candidaturas cariocas para sediar megaeventos esportivos, como os Jogos Olímpicos de Verão, os Jogos Pan-Americanos e a Copa do Mundo de Futebol Masculino. Tais concepções acerca do espaço urbano têm propiciado nas últimas décadas importantes transformações paisagísticas na cidade, estabelecendo uma nova dinâmica espacial e a emergência de novos atores, notadamente através da ascensão de um modelo que enxerga e produz a cidade como mercadoria, sendo esta gerida a partir da lógica empresarial.

Em um primeiro momento, nos apropriaremos da abordagem realizada por Mascarenhas (2016), quando este trata da produção da cidade a partir do que denomina urbanismo olímpico,

que neste artigo aplicaremos à realização das Olimpíadas e também de outros grandes eventos esportivos na capital fluminense. O autor verifica uma transformação profunda no modo como isto vem ocorrendo ao longo da história, com a extrapolação em nossos dias do que seria “um conjunto razoável (e muito menos oneroso que o atual) de instalações (esportivas e habitacionais) e de infraestruturas” (p.57), ressaltando ainda o discurso propagado pelos atores envolvidos na realização dos eventos, que buscam promover supostos benefícios com a “promoção global da imagem urbana, atração de turistas e capitais estrangeiros, produção de sinergias, geração de empregos, aumento da autoestima cidadã” (p.58). Em outra obra, o autor afirma que

as competições olímpicas são megaeventos e, como tal, têm inquestionável poder de transformação sobre os espaços onde são realizadas. Resultam em clara oportunidade para o novo modelo de planejamento e gestão das cidades, calcado na lógica do mercado (MASCARENHAS, 2011a, p.27).

Torna-se importante tratar da candidatura da cidade no ano de 1996, visando sediar os Jogos Olímpicos de 2004. O projeto à época possuía inspiração no modelo realizado por Barcelona em 1992, valorizando a distribuição espacial dos equipamentos relacionados aos jogos, tendo como exemplo a proposta de aproveitamento intensivo da Ilha do Fundão (MASCARENHAS, 2011b). Entretanto, tal candidatura foi derrotada e a que viria posteriormente, relacionada aos Jogos Pan-Americanos de 2007, apresentaria uma concepção de cidade bastante distinta.

O que se nota é que o planejamento urbano em questão apresentou princípios bastante distintos daqueles que nortearam a candidatura supracitada. Dessa vez, movida por um urbanismo acentuadamente mercadofílico, a gestão da cidade se orientou no sentido de atender aos diversos interesses empresariais, concentrando em área nobre (no entorno da Barra da Tijuca) a maior parte dos investimentos: a vila olímpica e a maioria das instalações esportivas. Algo bem distinto do que se propunha em 1996, quando se encarava a realização dos Jogos como oportunidade de dinamizar áreas deprimidas, redistribuir equipamentos de uso coletivo e, de modo geral, tornar a cidade menos perversa em sua geografia social (MASCARENHAS, 2011b, p.42).

A vitória da cidade nesta ocasião deu início a um período de importantes transformações na urbe carioca, o que foi acentuado com as posteriores realizações da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Paiva (2016, p.204) analisa a participação dos governos – em suas variadas escalas – neste novo contexto, atestando que estes utilizam a realização de megaeventos esportivos para por em prática determinados projetos urbanos, “uma vez que o discurso sobre seus benefícios minimiza possíveis restrições políticas e jurídicas”.

Corroborando com este autor, Bienenstein et al. (2011) afirmam que tais eventos são costumeiramente apresentados à sociedade como oportunidade para que se promova o desenvolvimento urbano, estando tal pensamento inserido em um contexto de difusão do neoliberalismo e da gestão urbana pautada pelo empresariamento. A partir deste cenário, Harvey (1996) afirma que, de modo geral, tem havido um consenso capitalista em relação aos benefícios obtidos pelas cidades que assumem um comportamento empresarial, e acrescenta que este modelo se caracteriza pelas parcerias entre os setores público e privado.

A adoção deste modelo de gestão das cidades intensifica as práticas mercadológicas, estabelecendo disputas entre cidades, pois existe a percepção da importância dos megaeventos para a divulgação das cidades e consequente atração de fluxos turísticos e de negócios. Com isso, é notório que tais projetos de empresariamento “contam com a participação de profissionais de marketing em todas as suas fases. Muitas vezes os resultados destes projetos resultam em camuflagem ou espetacularização das cidades” (BESSA; ÁLVAREZ, 2014, p.60). Sendo assim, é possível afirmar que

a escalada ou inserção nos fluxos globais pretendidos pelas cidades que pleiteiam ou sediam megaeventos é um indício de que o desenvolvimento urbano na contemporaneidade se funda na lógica do consumo e é, cada vez mais, ditado pelo mercado. Assim, a cidade é uma mercadoria e, como tal, se faz imperativo investir na promoção de uma imagem urbana positiva, sedutora e atraente (PAIVA, 2016, p.205).

A reestruturação espacial e a valorização fundiária são consequências da implementação de tais projetos, porém para que isso ocorra, a localidade estabelece parcerias com empresas diversas, em busca de recursos. Bessa e Álvarez (2014, p.63), no entanto, evidenciam os perigos oriundos deste contexto:

na construção de parcerias, não se deve perder a perspectiva das articulações de poder dos grandes grupos econômicos e seus interesses e que, em muitas situações, a cidade acaba por adquirir o caráter de uma empresa, um agente econômico que segue regras ditadas pelo mercado, perdendo a dimensão de território de exercício da democracia local.

De forma complementar, Mascarenhas (2011b, p.52) afirma que a perspectiva de cidade emergente destes eventos apresenta uma tendência de consolidação de um modelo com forte caráter de exclusão e segregação. No caso do Rio de Janeiro o autor afirma que

do ponto de vista urbanístico, o principal aspecto dessa política urbana é a concentração espacial dos investimentos em áreas socialmente privilegiadas. A Barra da Tijuca e seu

entorno correspondem ao trecho da cidade que efetivamente se beneficiou com a realização desse evento que muito onerou o poder público.

Tal conclusão consiste em elemento fundamental para a discussão proposta no próximo segmento do artigo, que tratará da inserção de ícones arquitetônicos na paisagem carioca no contexto das transformações oriundas dos megaeventos, e de sua posterior propagação através de representações.

### **A arquitetura espetacular como imagem da cidade no século XXI**

Como pôde ser observado nos segmentos anteriores, a antiga capital federal verifica transformações urbanas originárias de distintas concepções de cidade. O período atual caracteriza-se pela crescente competitividade entre cidades, que tem como objetivo atrair investimentos diversos. Para tanto, utilizam estratégias variadas, inserindo-se nesse contexto a criação de ícones arquitetônicos, como pode ser verificado na cidade do Rio de Janeiro a partir de sua escolha como sede dos mais importantes eventos esportivos.

Identificamos assim forte relação entre as transformações urbanas e o turismo, pois este, “em decorrência do aumento da sua expressão e intensidade na sociedade de consumo contemporânea, surge também como um forte protagonista para justificar os grandes projetos” (ALLIS, 2016, p.90). Sendo assim, discutiremos neste segmento a inserção de ícones arquitetônicos que transformaram a paisagem de determinadas áreas da cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas e sua apropriação pelo turismo a partir de representações.

Bessa e Álvarez (2014) afirmam que estas intervenções urbanísticas conferem novo caráter a suas paisagens, que transformadas em mercadorias, necessitam de constantes mudanças. Uma das técnicas utilizadas para proporcionar tais modificações no *design* urbano é a utilização dos chamados objetos icônicos, que se destacam das demais construções, sendo responsáveis pela modificação da visualidade da cidade através da inserção de pontos de referência.

Para tratar dos exemplos selecionados da cidade do Rio de Janeiro, recorreremos em um primeiro momento a Bessa e Álvarez (2014), quando estes identificam a recorrente inserção de ícones em áreas centrais degradadas, passando a obter destaque na paisagem e servindo como

catalisadores no processo de recuperação do local. Associamos esta descrição ao Museu do Amanhã (figura 6), inaugurado na zona portuária da cidade em 2015, ano anterior à realização das Olimpíadas na cidade, sendo esta área utilizada à época para eventos relacionados aos jogos. O discurso oficial comprova a discussão aqui empreendida, ao descrever o museu da seguinte forma:

Novo ícone da Região Portuária, o Museu do Amanhã explora possibilidades de construção do futuro. Erguido no Porto Maravilha e projetado pelo arquiteto espanhol Santiago Calatrava sobre a Baía de Guanabara, foi inaugurado pela Prefeitura do Rio no dia 19 de dezembro de 2015. Âncora cultural do projeto de revitalização da Região Portuária, o museu é o símbolo mais eloquente do renascimento de uma área de cinco milhões de metros quadrados, parte da história do Rio e que enfrentava décadas de atraso e abandono (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2018, ONLINE).

A maior valorização conferida à forma em relação ao conteúdo do museu pode ser verificada através da análise de suas representações, visto que tanto os cartões postais quanto os sites oficiais realizam sua promoção através de fotografias que valorizam o design arrojado, em detrimento às exposições nele realizadas. Busca-se a espetacularização do ícone, tornando-o um cenário, em que passa a ser objeto de consumo devido a sua estética.

Outro exemplo oriundo desta nova concepção de cidade, pautada pela realização de diferentes eventos esportivos, é o estádio Olímpico Nilton Santos, originalmente denominado João Havelange e popularmente conhecido do Engenhão (figura 7), inaugurado em 2007 para os Jogos Pan-Americanos do mesmo ano e reformado para as Olimpíadas de 2016. Este ícone contempla a análise feita por Paiva (2016), quando o autor atesta que a construção de edifícios esportivos não devem ser apenas funcionais, sendo preciso que sirvam à arquitetura espetacular, o que ocorre através de uma forma ousada e singular que expressa uma imagem urbana que seja condizente com os interesses (econômicos e políticos) que o cercam.

Figura 6 – Cartão postal do Museu do Amanhã



*Museu do Amanhã - Rio de Janeiro - RJ - Brasil*

Fonte: Sylvio Relvas, 2017.

Figura 7 – Cartão postal do Engenhão



Fonte: Paulo Romeu, 2007.

Bienenstein et al. (2011, p.146) tecem comentários a respeito da construção, destacando que para sua implementação,

a estratégia territorial explicitamente se prendeu a aspectos como disponibilidade de grande terreno de baixo custo e acessibilidade, e, nesse sentido, o Engenhão (denominação popular do equipamento) atende a requisitos locais comuns aos

grandes estádios. Todavia, apesar do volumoso investimento nessa construção, não foi incorporado nenhum melhoramento ao bairro nem qualquer serviço à comunidade.

Para os autores, o objetivo do projeto era apenas a edificação de um equipamento monumental que fosse capaz de produzir um cenário espetacular, ou seja, buscava-se através do estádio a mudança da imagem do bairro, uma verdadeira ruptura com seus registros historicamente construídos. Nesse contexto, a memória social acaba relegada a um segundo plano, sendo sua história reconstruída a partir da construção do Engenhão (BIENENSTEIN ET AL, 2011).

Além destes, abordados de maneira mais específica, podemos identificar outros fixos de destaque inseridos na paisagem carioca, como o Parque Aquático Maira Lenk (figura 8), a Arena Multiuso, diversas instalações que compõem o Parque Olímpico, dentre outros. Novamente, ao realizar a análise das representações a partir dos cartões postais, observamos a indução para valorização dos ícones devido a suas formas, seja através de fotografias que capturam apenas o fixo, excluindo elementos possivelmente indesejáveis de seu entorno ou mesmo pela captura realizada no período da noite, tornando a construção ainda mais espetacular.

Figura 8 – Cartão postal do Parque Aquático Maria Lenk

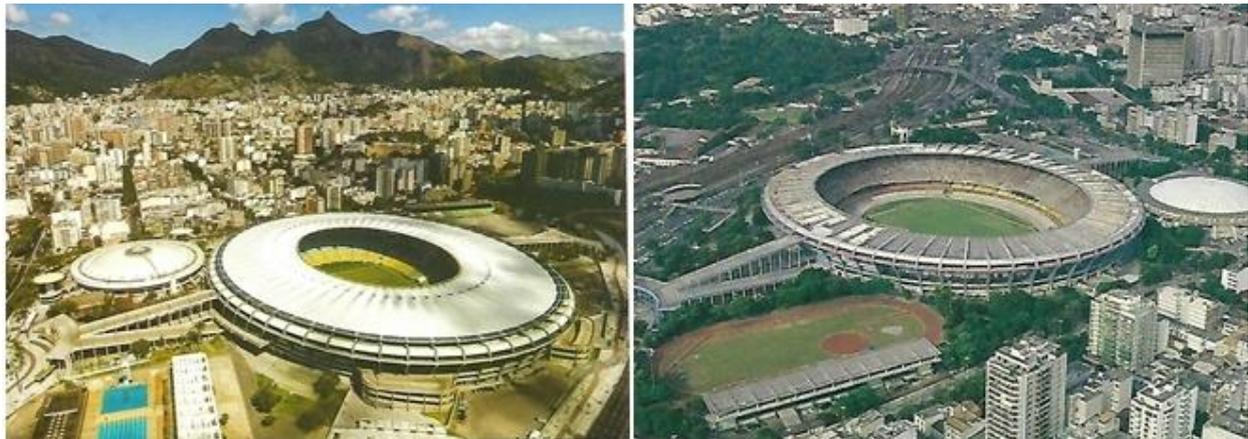


Fonte: Paulo Romeu, 2007

Além dos novos ícones arquitetônicos, as representações atuais valorizam ainda intervenções sobre a aparência de elementos que já faziam parte da paisagem carioca, como as

reformas pelas quais passou o estádio do Maracanã (figura 9). Transformado em cartão postal há décadas, o estádio tem sua representação atualizada com frequência.

Figura 9 – Cartões postais do Maracanã



Fonte: Colombo, s/d.

Como mencionado anteriormente, tais ícones, seja no caso do Rio de Janeiro ou de outras localidades, são costumeiramente apropriados pelo turismo, que vende a paisagem urbana (SÁNCHEZ, 1997). Isso ocorre através não apenas do contato do turista com a realidade propriamente dita, mas também a partir de representações, elemento bastante explorado pelo *marketing* para a consolidação de uma imagem positiva da cidade. Através desta imagem positiva a localidade torna-se atrativa, possibilitando que turistas e investidores sejam seduzidos. Neste contexto, as artes visuais atuarão para estabelecer diferenças entre cada local, procurando evidenciar seus elementos de maior atratividade.

Paiva (2016) comprova a importância das representações de ícones inseridos na paisagem, o que proporcionaria uma espécie de culto às suas imagens. Este autor nos atenta ainda para a alteração do significado e aparência dos ícones, pois se antes remetiam às sociedades locais, atualmente fazem referência a uma sociedade global, inseridos em um cenário crescente de mercantilização da cultura, que passa a ser transformada em insumo em busca de vantagens econômicas.

As representações auxiliam na constituição de uma imagem da cidade, que pode ser entendida como “a assimilação de informações, que podem ou não ser verdadeiras e são geradas e difundidas pelas mais diversas fontes, compostas de fatos históricos e da atualidade” (BESSA;

ÁLVAREZ, p.60). Entretanto, Sánchez (1997) destaca que tais representações e, portanto, a imagem que se constitui da cidade, resultam da seleção de espaços específicos, enquanto outros são omitidos, ressaltando os aspectos desejados pelos grupos capitalistas ali atuantes, que quando propagadas parecem fazer referência à cidade como um todo.

É preciso evidenciar as intencionalidades que compõe as representações, ressaltando que estas refletem ângulos particulares de observação, podendo induzir a percepção que o receptor terá da paisagem. Além deste aspecto, observamos também a possibilidade de edição e tratamento de imagens, ampliando assim as chances de manipulação da fotografia. Outro autor que aborda estes aspectos é Paiva (2016, p.306-307), para quem

as novas tecnologias digitais e informacionais repercutem na mitificação do ícone ao proporcionar a veiculação das suas representações de forma instantânea pelos meios de comunicação, sobretudo a internet, e ao possibilitar a edição das imagens, valorizando ângulos diferentes e inusitados, corrigindo possíveis defeitos, excluindo do contexto da fotografia elementos da paisagem desfavoráveis para a sua difusão.

A partir do que foi exposto, é possível concluir que as representações paisagísticas a partir de imagens fotográficas propagadas física ou virtualmente, são importantes ferramentas de criação, consolidação ou modificação da imagem que determinado público faz do lugar. No caso do Rio de Janeiro, é notória a valorização histórica de determinadas áreas da cidade, como a Zona Sul e parte do Centro, e outras de valorização mais recente, como o bairro da Barra da Tijuca, ambas beneficiadas pela inserção de ícones arquitetônicos posteriormente representados. Além destas, identificamos pontualmente outras áreas que abrigam importantes fixos, como os bairros do Maracanã e do Engenho de Dentro, porém estes não recebem a mesma atenção quando aplicados os projetos na cidade.

Através desta investigação, associada a vivência de décadas, entendemos que o Rio de Janeiro dos cartões postais, seja ao longo do século XX ou aquele cujo um novo espaço urbano emerge dos megaeventos esportivos, não condiz com a realidade, não representa de fato a capital fluminense, apenas propaga uma imagem que busca esconder do visitante e do investidor aquela parcela da cidade que na prática já é historicamente esquecida.

### **Considerações finais**

Através do que foi exposto ao longo do artigo, torna-se evidente a relação existente entre as transformações urbanas pelas quais o Rio de Janeiro passou e a criação de representações, que

ao serem propagadas externamente objetivam criar uma imagem positiva da cidade, no caso dos cartões postais, notadamente com finalidade turística, mas que de maneira mais ampla indicam um cenário favorável a atração de variadas modalidades de fluxos.

Criados no século XIX, os cartões postais passaram a ser utilizados como ferramenta de promoção do urbanismo poucos anos mais tarde, sendo valorizados socialmente no seu período de ouro. No caso carioca, verificamos a recorrência de representações de avenidas e monumentos erguidos pelo poder público no período em que se buscava uma cidade mais bela, pautada em padrões importados. Por outro lado, nas décadas de 1930 e 1950 os cartões postais passaram por sua fase de hibernação, havendo significativa redução de sua comercialização. Com isso, fixos oriundos dos planos urbanísticos deste período, como o estádio do Maracanã, viriam a ganhar maior destaque através das representações décadas mais tarde.

A partir dos anos 1960 inicia-se uma nova era para os cartões postais, que ressurgem espetacularizados, auxiliados pelo avanço de técnicas fotográficas, e com uso predominantemente turístico. Com isso, o Rio de Janeiro passa a ter sua imagem vinculada a aspectos físicos da paisagem, ganhando notoriedade suas praias, inseridas em um contexto de efervescência cultural. Este cenário é predominante até o fim dos anos 90, sendo possível, entretanto, encontrar cartões postais que valorizam importantes fixos criados pelos governos militar e estadual.

A passagem ao século XXI traz à cidade uma nova perspectiva urbana, pautada no empresariamento. Este modelo comumente se apoia em projetos direcionados a eventos como os Jogos Pan-Americanos, a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas de Verão. No caso do Rio de Janeiro, a realização dos jogos propiciou a inserção de novos ícones na paisagem, valorizados socialmente por suas formas arrojadas e únicas, tornando-se objetos de orgulho (para parte da população residente), contemplação (para seus visitantes) e desejo (para quem estabelece contato a partir de suas representações). Entretanto, uma análise mais crítica e detalhada evidencia em diversos casos a violência simbólica que a inserção destes fixos promove, aspecto este mascarado nos cartões postais.

## Referências bibliográficas

ABREU, Mauricio de Almeida. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

ALLIS, Thiago. O turismo como mote para os grandes projetos urbanos: a versão paulistana. In: VARGAS, Heliana Comin; PAIVA, Ricardo Alexandre (orgs.). Turismo, arquitetura e cidade. Barueri: Manole, 2016.

BESSA, Altamiro Sérgio Mol; ÁLVARES, Lúcia Capanema. As estratégias de empresariamento das cidades. In: MESSA, Altamiro Sérgio Bol; ÁLVARES, Lúcia Capanema. A construção do Turismo – Megaeventos e outras estratégias de venda das cidades. Belo Horizonte: C/Arte, 2014.

BIENENSTEIN, G.; SÁNCHEZ, F.; MASCARENHAS, G.; OLIVEIRA, A. Megaeventos e metrópoles: insumos do Pan-2007 e perspectivas para as Olimpíadas de 2016. In: MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda (orgs.). O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. P.123-161.

BIENENSTEIN, G.; SÁNCHEZ, F.; CRUZ, M.C.M.; GUTERMAN, B.C.; SANTOS, R.R.O.; SOUZA, R.M. Grandes projetos: transformações e rupturas nos espaços urbanos - o caso do Engenho, no Engenho de Dentro - RJ. In: MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda (orgs.). O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. P.167-193.

COSTA, Amanda Danelli. História e Cultura Urbana Carioca: a natureza turística do Rio de Janeiro entre a Cidade das Letras e a Cidade Maravilhosa. In: Turismo e Território no Brasil e na Itália: novas perspectivas, novos desafios. EdUERJ, 2014. P. 123-161.

DALZOTO, José Carlos. Cartão-postal, arte e magia. Presidente Prudente: Gráfica Cipola, 2006. 204p.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço & debates, 1996. P.48-64.

MARAFON, Glauco José (et al.). Geografia do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

MARTINS, Marina Cañas. Paisagem em circulação: o imaginário e o patrimônio paisagístico de São Francisco do Sul em cartões-postais 1900-1930). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2008. 197p.

MASCARENHAS, Gilmar. Desenvolvimento urbano e grandes eventos esportivos: o legado olímpico nas cidades. In: MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda (orgs.). O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011a. P.27-39.

MASCARENHAS, Gilmar. O ideário urbanístico em torno do olimpismo: Barcelona (1992) e Rio de Janeiro (2007). In: MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ,



Fernanda (orgs.). O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011b. P.41-56.

MASCARENHAS, Gilmar. A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário. Geosp – Espaço e Tempo (online), v.20, n.1, 2016. P.52-68.

PAIVA, Ricardo Alexandre. Eventos e megaeventos: ócio e negócio no turismo. In: VARGAS, Heliana Comin; PAIVA, Ricardo Alexandre (orgs.). Turismo, arquitetura e cidade. Barueri: Manole, 2016.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Planejamento e intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro: a utopia do plano estratégico e sua inspiração catalã.. In: Biblio 3w, Barcelona, v. 895, 2010.

REZENDE, Vera. Lucia. Ferreira. Motta.. O Plano diretor como processo. E a atuação metropolitana ou regional?. In: OFICINA SOBRE IMPACTOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E URBANOS DAS ATIVIDADES PETROLÍFERAS: O CASO DE MACAÉ (RJ). Niteroi: UFF, 2011.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins; MELLO, Juliana Oakim Bandeira de. As reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro: uma história de contrastes. In: Acervo – Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v.28, n.1, 2015. P.19-53.

SÁNCHEZ, Fernanda. A [Recriação do Valor do Lugar] o Papel do Turismo Urbanístico. In: Cidades Espetáculo. Política, Planejamento e City Marketing. Curitiba: Editora Palavra. 1997, pp. 79-98.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa Sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

VILLAÇA, Flávio. Dilemas do Plano Diretor. In: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam. O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: Cepam, 1999. P.237-247.